



RELATÓRIO DO ENCONTRO NACIONAL UNIFICADO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Local: **Auditório do Sindsep-DF.**

Data: **23 de novembro de 2019.**

Composição da Mesa: **Francinete Silva Manzan, Pedro Armengol e Rufino.**

Inicialmente, optou-se por tratar do Projeto Unifica do governo que, como se sabe, tem sido doloroso para os servidores, especialmente para os do ex-MTb.

Nesse ínterim, também abordamos a comunicação péssima no Ministério da Economia, como por exemplo, soube-se apenas na sexta feira que o prazo do empenho que estava findando fora prorrogado na sexta feira; ou seja, até os gestores estão com dificuldades de receber as comunicações, e muitas vezes ficam sabendo das mudanças depois que são publicadas no DOU.

Haverá um encontro de dez dias no início do mês de dezembro em Brasília, entre a Secretaria do Trabalho e os Superintendentes, este encontro é para o planejamento, conhecimento dos projetos do governo, treinamentos, capacitação etc.

Na ótica do governo, as plataformas estão sendo implantadas e não vão regredir, teremos as carteiras digitais, os canais de comunicação serão: via telefone, internet, zap, mas que será o servidor irá orientar, ensinar e auxiliar a população a usar estas ferramentas, através dos totens localizados nos postos de atendimento e nas unidades do INSS. Tudo vai estar conectado ao CPF do cidadão, que poderá utilizar também de aplicativos, o objetivo do governo é acabar as filas. Conforme informado, sustentam que o serviço público está mudando, e as plataformas estão cada dia com mais funcionalidades. Em abril o trabalhador deverá ter o aplicativo de forma que possa acompanhar os pagamentos do FGTS, INSS, e caso não seja recolhido poderá enviar alerta à fiscalização.

Inferimos que o governo prioriza o atendimento virtual, mas haverá o atendimento presencial, que o cidadão procurará os pontos de atendimento, têm o direito ao atendimento físico. Assim os servidores terão que se adaptar aos moldes das plataformas, e cumprir toda uma legislação que será específica. A Secretaria do trabalho têm as próprias atribuições, isso não vai mudar. As informações deles é que o intuito não é mudar para precarizar, querem levar-nos a crer que todas as



mudanças serão feitas para melhoria de condições de trabalho, com locais mais acessíveis a todos (servidores e Público) etc. (sic)

Sobre a GSISTE, foi informado que pertence à parte estruturante e não finalística, que em alguns lugares tinha desvio de finalidade, mas estão sendo redirecionadas aos setores certos. A parte estruturante é que detêm a GSISTE. Foi combinado que quem for para as áreas estruturantes, continuarão com as Gratificações. Se houver manobras, poderão ser relatadas e retornarão para as respectivas áreas. As SRTb ficarão com gestão de administração residual. As GSISTE'S têm o prazo até 31 de dezembro de 2019 para migrarem para as SRA.

Soubemos que a Secretaria do Trabalho manter todas as unidades da área finalística, que estão abertas 98 Gerências, que este número era o objetivo do governo. Atualmente são 498 agencias em todo o Brasil, sendo que destas, 373 agências com três servidores e 141 com um servidor, precisando atualizar estes dados. A portaria de junção do INSS com o Trabalho foi publicada. Querem unir as forças dos órgãos, e de imediato são 15 Agências que irão para o INSS e 1 vai para o Trabalho. Que deverá funcionar da seguinte forma: A PREVIDÊNCIA fazendo o seu trabalho e o TRABALHO fazendo suas próprias atribuições.

A reforma administrativa do governo quer alinhar as carreiras, a previsão é de apenas três carreiras. Sendo a primeira a típica de Estado, a segunda para a área administrativa, separada entre as áreas técnica e de analista para os ativos, e a terceira neste último molde, mas com o piso salarial achatado para os servidores novos. Serão implantados centros de atendimento onde cada unidade de atendimento, prestará serviços desde carteira de trabalho até alvarás.

A Secretaria de Gestão fará a capacitação para as três áreas: fiscalização, gestão de pessoas e gestão administrativa. Na Secretaria do Trabalho será feita capacitação das áreas específicas para as atividades: Políticas Públicas, Relações do Trabalho e Inspeção.

Querem acabar com os turnos em todos os órgãos, para priorizar o atendimento virtual e o teletrabalho, mas tal fato foi fortemente refutado pelos servidores, apesar de ser a diretriz de governo, porque seria também para esvaziar os órgãos, implantar a terceirização, privatização dos serviços públicos etc. Daí, encaminhamos pedido de reunião urgente com a Secretaria de Gestão do ME.

Em São Paulo houve o fechamento das gerências do trabalho localizadas nas áreas norte, sul, leste e oeste, levando os servidores para a sede, mas que este fato aconteceu a pedido do Superintendente, para que fosse ajustado o quadro fiscal e ajuste da SRA, pois precisavam colocar tudo em lugar específico para ajustar as necessidades do projeto, e isto trouxe problemas para os



servidores, sem levar em conta a mobilidade numa cidade grande e outras do interior, e muito menos sem se importar com o fator humano etc.

Houve o entendimento e direcionamento de que somos servidores de carreira, e que devemos entrar de cabeça erguidas para aonde tivermos de nos apresentar, não devemos ser submissos a qualquer outro órgão. Todos devem ocupar seus espaços. Assim, nenhum órgão do Ministério da Economia é dono de qualquer coisa, tudo pertence à União, nenhum órgão é melhor do que o outro. Nesse sentido, é que os Superintendentes devem ser orientados no encontro citado acima. Se as outras áreas não colaborarem, devem ser enquadradas. E o encontro dos superintendentes tem uma programação que estará no portal da transparência, e terá várias etapas, inclusive planejamento etc.

A primeira etapa do Projeto Unifica consistiu na unificação dos órgãos no M.E. A segunda parte foi a unificação das pessoas com data prevista para julho passado. A terceira parte será a da logística. A antiga Secretaria Executiva é a atual Secretaria Corporativa. A estrutura ainda está sendo moldada, houve algumas mudanças como por exemplo o Registro Sindical voltou para a pasta do Trabalho, a fiscalização está sendo desenhada e não foi finalizada ainda. Mas até a segunda quinzena de janeiro/20 estará pronta e publicada. Serão criadas centrais de atendimento em cada capital o objetivo será para atender os servidores e aposentados, em algumas já foram inauguradas como Brasília e outras já estão quase prontas como RJ, SP, e por aí em diante. Situações como a que vi em Minas Gerais, onde os servidores da SRTb's estão em salas separadas na Secretaria da Administração não podem ocorrer e será reportado às Unidades.

O pessoal quer for para a SRA deve ter melhores condições de trabalho, inclusive porque poderão ter os cargos comissionados e o poder de influência.

A ótica do governo é a seguinte: que o novo modelo do Governo Digital, exige que as empresas tenham a obrigação de manter conectados seus dados no eSocial. O CPF é a base da consolidação das informações. Estará conectada à Carteira de Trabalho Digital etc. E o trabalhador fará todo o processo digitalmente, sustentam que haverá a democratização do atendimento, mas o trabalhador não incluído digitalmente, será atendido pela via presencial. Há a fila nacional do Seguro-Desemprego, e a regularização do teletrabalho para análise do SD. O serviço público está num processo de transformação. Dizem que não há como revertê-lo, que o atendimento das atribuições não serão mudadas, querem melhorias no atendimento, que os locais de atendimentos não poderão ser precarizados, que buscarão os melhores locais para instalar o atendimento à população. Que se houver algum movimento para precarizar o local de trabalho, esse fato deverá ser reportado à Secretaria do Trabalho, pois não será autorizado. Haverá Centro de Atendimento ao cidadão, onde qualquer cidadão poderá pedir serviço federal. E quem estiver lá, receberá as demandas. Criarão o

autoatendimento nas Unidades. Obtivemos a informação de que o Marcio Borges montou esse projeto e os servidores irão ajudar os usuários.

Teremos centros especializados por região, como por exemplo: O Nordeste, será responsável pela contratação, o Sudeste pela informação e a comunicação, para conseguir suprir as demandas do país. De um único local, deverá realizar a logística, um centro de compras está no projeto, e a sua implementação será muito rápida.

O governo lançará a Reforma Administrativa; porém o governo diz agora que “será suave” por causa das mobilizações em diversos países.

Em seguida foi aberta a avaliação e as propostas. E constou-se que o projeto deste governo é destruir os serviços públicos principalmente os setores que minimizam as desigualdades sociais ou que protegem os direitos dos trabalhadores, por isto que neste contexto os órgãos que tinham programas relacionados com os direitos sociais, tais como a previdência, trabalho, saúde, educação e assistência social, foram ou estão sendo extintos. Como se não bastasse, há o ataque do governo ao acervo de direitos dos trabalhadores e não têm limites a reforma da previdência, pois confiscará a partir de 3% dos servidores ativos, e a partir de 14% dos servidores aposentados e pensionistas, que acabou com o direitos conquistados da aposentadoria e trabalhistas, e na iminência da reforma administrativa, que prevê a redução de 25% dos salários, além das privatizações, terceirizações, que são as bases dos ataques deste governo neoliberal/fascista. Assim para enfrentarmos o caos, precisamos nos organizar.

PROPOSTAS

- Debater e lutar pela criação de um plano de capacitação no Programa Nacional de Desenvolvimento de Pessoal/Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP/PDP, para a inclusão dos servidores administrativos do Ministério da Economia, contra a automação do Governo Digital, conforme prevê a CF/88, para coibir a disrupção das nossas ocupações (anexo);
- Ampliar a organização por local de trabalho, buscando maior participação da base através de assembleias, encontros Regionais e Estaduais e Nacionais, e nas frentes e comitês em defesa dos serviços públicos e contra a retirada de direitos;
- Lutar pela proposta do Fonasefe de aumento da per capita, do auxílio-saúde, com pressão nos parlamentares e no governo federal, bem buscar a melhoria dos planos de saúde de autogestão (Assefaz, Geap, Capesaúde dentre outros) podendo ocorrer inclusive a fusão;
- Lutar contra o assédio moral e pela melhoria das condições de trabalho, com a criação de comitês de éticas nos estados, com a participação da representação dos servidores;

- Fazer discussão de conjuntura sobre o desmonte, discutir a situação do atendimento dos servidores sobre o olhar das novas mudanças e buscar, através das mídias, desconstruir esse pensamento de que as coisas podem melhorar;
- Participar dos Fóruns estaduais unificados com agenda de atividades, buscando o apoio dos movimentos populares;
- Participar das comissões estaduais para pressionar parlamentares a votarem contra as reformas;
- Lutar pela Manutenção do GPCOT para questões específicas do trabalho;
- Lutar pela manutenção do turno de 12 horas, e, neste sentido, de imediato, lutar pela revogação da Portaria 6.057/2019 da SRTE/RJ, que encerra o horário ininterrupto no RJ, prejudicando os cidadãos e os servidores, bem como os turnos nos outros órgãos do ME;
- Incorporar a luta do conjunto dos servidores por reajuste salarial;
- Incorporar a luta das categorias de servidores aos movimentos unificados nas esferas federais, estaduais e municipais;
- Buscar de forma política a abertura de mesa de negociação para assegurar as conquistas da categoria;
- Buscar a Unificação dos planos de saúde com a participação e atuação da CONDSEF, defendendo melhores condições e mais favoráveis para os servidores;
- Lutar pela Unificação das tabelas de salários com equiparação pelo maior nível salarial;
- Garantir respaldo sindical perante o governo e suas unidades centrais, setoriais, regionais e locais de todas as demandas pontuais e individuais apresentadas neste encontro, e ainda, outras demandas existentes que se fizerem necessárias para o momento;
- Divulgar os projetos do governo no ME, buscando o máximo de explicações para as bases nos locais de trabalho e encontros afim de orientar como vão funcionar os trabalhos, sem mitos e sem fantasias.

ENCAMINHAMENTOS

- Fazer pedido urgente de audiência à Daniela Calazans, Secretária de Gestão Corporativa;
- Criar Comissão para discutir a pauta unificada do Ministério da Economia com no mínimo 02 representantes por ministério extinto (ME), de forma proporcional; sem prejuízo das comissões específicas que discutem condições de trabalho, tais como mesa da Fazenda, Previdência e Trabalho (GPCOT), dentre outros que compõem o ME;
- Judicializar a reforma da previdência e administrativa;
- Pedir reunião com Márcio Borges do Seguro-Desemprego para esclarecer as dúvidas e as dificuldades da área. Solicitar o esclarecimento a respeito da nova portaria de carteira digital que, até o momento, não é e não pode ser a única opção do trabalhador, bem como solicitar os esclarecimentos sobre o fim do atendimento presencial do SD, já que a demanda por

requerimentos e soluções dos inúmeros problemas ainda é muito grande. E acerca do projeto do autoatendimento;

- Buscar uma agenda de luta que leve em conta uma problematização maior dos processos de informatização, no sentido de tentar manter as conquistas como as dos Turnos de 12 horas ininterruptas (6 horas por servidor) em todos os órgãos onde vigoram os turnos, sem redução de salário, manutenção das FCT's, GSISTE's, FCTE's, dentre outras, e a valorização de nossas atividades, como atividades essenciais ao público;
- Aproveitar a abertura no congresso para encampar a frente parlamentar em defesa da Zona Franca, com a mobilização e os movimentos de rua, mobilizar as bases;
- Criar campanha em defesa dos serviços públicos, e contra as privatizações e terceirizações nas atividades fins, explicando a importância dos serviços públicos para a sociedade;
- Que a CONDSEF elabore um calendário de atividades, orientando os estados ainda neste ano;
- Organizar um calendário de assembleias nos locais de trabalho para construir a Pauta Geral do ME;
- Notificar o ME, através de sua Secretaria do Trabalho, que a central de atendimento "ALÔ TRABALHADOR", através do telefone 158, boicota o cidadão, não realizando o agendamento presencial;
- Incorporar o anexo "Estudo do Rumo do Trabalho e a Defesa do Serviço Público", com suas proposições, o qual será a diretriz para as discussões das ocupações da capacitação da categoria perante a Secretaria Corporativa do ME;
- Implantação pela Secretaria Corporativa do ME do Programa de Educação para a Aposentadoria;
- Elaboração de Plano de Ação pelas entidades para os enfrentamentos acima, sendo a CONDSEF a coordenadora das ações, cujas atividades deverão ser concatenadas e efetivas com divulgação para a base.

Calendário:

- Plenária Nacional no dia 26/11/2019, com todos os representantes dos serviços públicos das três esferas: Federal, Estadual e Municipal, para traçar estratégias de resistência às mudanças em curso pelo Governo.

Este relatório foi elaborado por Mario Ângelo Vitório, Francinete Silva Manzan e Rogério A. Exedito.

Brasília-DF, 23 de novembro de 2019.



Rogério Antônio Exedito
Diretor da Condsef/Fenadsef